
APRESENTAÇÃO

Marilda Rosado De Sá Ribeiro

Rio de Janeiro, novembro de 2012.

Prezados colegas pesquisadores e colaboradores:

É com renovada disposição que fazemos a introdução do terceiro volume da Revista Brasileira de Direito do Petróleo, Gás e Energia (RBDP), da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Esta publicação atesta a massa crítica criada ao longo dos últimos dez anos no curso de Direito da UERJ, período em que diferentes gerações de alunos da graduação e também da pós-graduação vêm desenvolvendo estudos, participando de seminários, simpósios, e todo tipo de eventos, por meio dos quais se deve construir uma sólida ponte entre a academia e o instigante mercado de trabalho na indústria do petróleo, gás e energia no Brasil.

A Revista nasceu dos anseios dos primeiros partícipes no âmbito do Programa de Recursos Humanos n. 33 (PRH-ANP/MCT n. 33), e solidificou-se e perenizou-se como iniciativa da institucional no âmbito da proposta do Centro de Estudos Avançados e Pesquisa em Direito do Petróleo (CEDPETRO).

O PRH-33 permitiu não somente o financiamento dos primeiros números da revista, como tem fornecido uma constante renovação, por meio dos alunos e professores engajados nas atividades do programa.

Como em outras ocasiões, sempre aludimos à materialização de um sonho, que hoje já pode ser atestado pela quantidade de alunos oriundos do Programa de Direito do Petróleo da UERJ que estão em diversos países – como Noruega, França, Estados Unidos e outros – seja empregados ou em ulteriores fases de seus estudos. Há também egressos do programa que já ministram cursos em nossa UERJ ou em outras Universidades.

O CEDPETRO está envolvido nas parcerias para eventos e cursos, dentre os quais o curso de pós-graduação em Direito e Negócios do Petróleo, com o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP). Funcionando ainda como um veículo para a promoção da interação entre a academia e instituições profissionais do mercado de petróleo e energia, este Centro foi de grande importância para a instalação, na Faculdade de Direito da UERJ, do primeiro *Student's Club* brasileiro e latino-americano da *Association of International Petroleum Negotiators* (AIPN).

O Conselho Editorial da Revista Brasileira de Direito do Petróleo, Gás e Energia é composto pelos professores que atuam diretamente no Programa, bem como por professores estrangeiros que colaboram conosco no intercâmbio da pesquisa acadêmica e na manutenção de um periódico qualificado para a doutrina nacional.

Mais recentemente, como resultado de minha atuação no comitê editorial de revista internacional, *The Journal of World Energy Law and Business* (JWELB), editado pela *Oxford Journals*, criou-se uma natural sinergia. Na edição especial sobre a América Latina de 2012, nossos jovens integrantes do comitê editorial desta revista puderam atuar também no apoio à edição da referida publicação.

Juntamente com outras iniciativas ora em curso, sob liderança de colegas professores da UERJ, ou de nossos doutorandos, novas publicações ou outras revitalizadas agitarão o panorama editorial jurídico: dentre estas, cabe citar uma obra coletiva, em fase final de edição, que, com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), enfrentará temas importantes relacionados ao petróleo no Estado do Rio de Janeiro.

O foco editorial da RBDP volta-se para a cadeia de energia e estudos correlatos, de inegável importância na sociedade contemporânea, a qual convive com um crescente fluxo de investimentos internacionais. No contexto dos investimentos em energia, nova correlação de forças se apresenta. Além da atuação global das sociedades transnacionais, o mapa das reservas mundiais de petróleo e gás trouxe um novo poder de barganha às empresas estatais em processo de incrementada internacionalização.

Ademais, as novas fontes de energia como *shale gas*, no continente norte-americano, provocaram alterações significativas no mapa geopolítico internacional de energia.

Os novos desafios que se apresentam à regulação dos investimentos em energia por parte dos países hospedeiros fazem eco no complexo cenário de incertezas quanto às funções a serem desempenhadas pelo Estado territorial no “mundo em transformação”, no qual há cada vez mais intensa interdependência econômica dos Estados.

A incorporação de novas dimensões, decorrentes do aumento da preocupação quanto a questões de elevado interesse comum da humanidade, como a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos, encontra eco no escopo desses novos estudos.¹

1 CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. *A humanização do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 3-409; CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. A pessoa humana como sujeito de Direito Internacional: a experiência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: DIREITO, Carlos Alberto Menezes et al. *Novas Perspectivas do Direito Internacional Contemporâneo*. Rio de

Após a crise dos mercados globais de 2009, o investimento estrangeiro testemunhou um crescimento modesto, mas inesperado, ao longo de 2010. De acordo com as projeções da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), os fluxos globais de investimentos estrangeiros devem alcançar o patamar de 1,6 trilhões de dólares até o final de 2012, chegando ao nível de 1,8 trilhões de dólares em 2013 e de 1,9 trilhões de dólares em 2014. Essas perspectivas, consideradas com cautela em função da fragilidade da recuperação econômica, revelam a importância da regulação dos investimentos estrangeiros.²

No Brasil, a ordem econômica na Constituição Federal consagrou, no bojo das reformas da década de 1990, a retirada do Estado do exercício direto das atividades econômicas para assumir uma postura regulatória e fiscalizadora dos agentes do mercado. No setor petrolífero, a fiscalização ficou a cargo da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), cuja função regulatória foi conferida pela Lei n. 9.478/97 (Lei do Petróleo), do Ministério de Minas e Energia (MME), ao qual se vincula, e do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Como se vê, nosso ordenamento não ficou imune ao fenômeno da convergência entre o direito público e o privado, tornando intercambiáveis alguns conceitos. Pode-se afirmar que, se por um lado o Direito Público se privatiza, este processo não anula a publicização do Direito Privado, ou melhor, sua progressiva constitucionalização. Esse processo tem repercussão para a formação dos contratos, com a acentuação da importância do princípio da boa-fé, que passa a ser

Janeiro: Renovar, 2008, p. 501; PEDROSO, Jorge. *A internacionalização das National Oil Companies e o Direito Internacional*. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional), Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

2 UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *World Investment Report 2012: overview towards a new generation of investment policies*. Geneva and New York: United Nations, 2012, p. vi.

erigido a princípio geral de conduta consagrada na ordem jurídica brasileira.

Dessa forma, a Revista procura permanentemente focalizar as transformações por que passa o setor petrolífero-energético internacional e brasileiro, contando com a participação da reflexão de diversos colaboradores brasileiros e estrangeiros nesse propósito. No mesmo sentido, esperamos contar sempre com a participação ativa dos docentes e profissionais oriundos de nosso programa que colaboram com esta publicação.

Além de artigos, este periódico se propõe a manter uma seção dedicada a elencar as monografias, dissertações e teses produzidas na Faculdade de Direito da UERJ, uma seção de jurisprudência comentada, além de eventuais resenhas de obras voltadas para a temática do Direito do Petróleo e Energia e disciplinas afins.

Nesse processo de reflexão interdisciplinar, cabe referir os esforços representados pelo Instituto Nacional de Óleo e Gás (INOG), que, sob a coordenação da Faculdade de Geologia, tem permitido aos partícipes da Faculdade de Direito uma interação com a produção científica da UERJ no amplo universo temático, objeto de pesquisas e interação com empresas.

Mais uma vez manifesto meu contentamento e orgulho pelas realizações desta comunidade irmanada pela participação em mais este empreendimento e integrada em uma rede de pesquisa e produção de nível internacional.

Prof.^a Dr.^a Marilda Rosado de Sá Ribeiro

Editora